

Feitiços e contrafeitiços da atenção coletiva: bibliotecas comunitárias e seus dispositivos atencionais para a coemergência de mundos¹

Celvio Derbi Casal²
Cleci Maraschin³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O texto discute a atenção coletiva, a partir da Ecologia da Atenção, como dimensão de produção de regimes atencionais que enfeitam os mundos, condicionando a percepção, a experiência e as histórias que contamos para habitá-los. Acompanhando os modos de constituição das atividades técnicas de formação e organização de acervos de bibliotecas, localizamos feitiços que modulam a experiência de quem as frequenta em torno de modos hegemônicos de prestar atenção, promovendo o apagamento da diversidade de conhecimentos e de mundos localizados e corporificados. Apresentamos modos de funcionamento de bibliotecas comunitárias como contrafeitiços atencionais, capazes de promover a re-existência de mundos marginalizados e a heterogeneidade das relações entre bibliotecas e comunidades.

Palavras-chave: bibliotecas comunitárias; ecologia da atenção; regimes de atenção coletiva; políticas atencionais; encantamentos da atenção.

¹ O texto deste ensaio foi originalmente apresentado como parte da dissertação de mestrado de Celvio Derbi Casal (PPG-PSI/UFRGS), concluída em 2023, orientada pela professora Cleci Maraschin e intitulada *Mundos-Conjuntos: ecologias atencionais e a coemergência de territórios atencionais com bibliotecas periféricas e suas (in)comunidades*, ainda não publicizada.

² Mestre em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Bibliotecário (UFRGS). Pesquisador ligado ao Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (NuCOGS/UFRGS). Coordenador do Projeto de Extensão Biblioteca Viva: laboratório de criatividade (UFRGS).

³ Professora convidada junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI/UFRGS). Doutora em educação. Bolsista Produtividade CNPq.

Spells and counter-spells of collective attention: community libraries and their attentional devices for the coemergence of worlds

Abstract: The text discusses collective attention, from the Ecology of Attention, as a dimension of production of attentional regimes that bewitch the worlds, conditioning perception, experiences and the stories we tell to inhabit them. Following the modes of constitution of the technical activities of formation and organization of library collections, we locate spells that modulate the experience of those who frequent them around hegemonic ways of paying attention, promoting the erasure of the diversity of knowledge and of localized and embodied worlds. We present modes of functioning of community libraries as attentional counterspells, capable of promoting the re-existence of marginalized worlds and the heterogeneity of relations between libraries and communities.

Keywords: community libraries; ecology of attention; collective attention regimes; attentional policies; enchantments of attention.

Hechizos y contra-hechizos de la atención colectiva: bibliotecas comunitarias y sus dispositivos atencionales para la coemergencia de mundos

Resumen: El texto discute la atención colectiva, desde la Ecología de la Atención, como dimensión de producción de regímenes atencionales que embrujan los mundos, condicionando la percepción, la experiencia y las historias que contamos para habitarlos. Acompañando los modos de constitución de las actividades técnicas de formación y organización de las colecciones bibliotecarias, ubicamos hechizos que modulan la experiencia de quienes las frecuentan, alrededor de modos hegemónicos de poner atención, promocionando la borradura de la diversidad de saberes y de mundos ubicados y encarnados. Presentamos modos de funcionamiento de bibliotecas comunitarias como contra-hechizos atencionales, capaces de promocionar la re-existencia de mundos marginados y la heterogeneidad de las relaciones entre bibliotecas y comunidades.

Palabras-clave: bibliotecas comunitarias; ecología de la atención; regímenes de atención colectiva; políticas atencionales; encantamientos de la atención.

A atenção, nas sociedades moderno-coloniais, é alvo de histórias redutoras que a restringem a um binarismo manifestado nas operações de “foco” e “distração”; estar “atento” ou “desatento”, entendidas como esforço ou escolha individuais. A perspectiva ecológica proposta por Yves Citton (2017, 2019), permite pensar a atenção como ecossistema de gestos, posturas e disposições que, embora possuam algum nível de agência individual e local, são indissociáveis das estruturas coletivas que formam regimes atencionais, nos quais determinadas coisas, seres, ambientes ou situações são percebidas e levadas em conta, enquanto outras não. Esse ecossistema funciona como feitiços que fazem com que práticas, relações e realidades sejam mais ou menos percebidas e perceptíveis. Tal deslocamento nos possibilita também diferir a atenção do enquadramento no qual é entendida como função de seleção de estímulos ou informações de um meio externo para sua representação – noção que está no cerne de um paradigma cognitivista da atenção (KASTRUP e CALIMAN, 2023) – para uma proposição de seu papel como agenciamento coletivo no encontro/produção de mundos/territórios. De tal modo, os feitiços atencionais que conformam regimes de atenção criam ou deslocam realidades compartilhadas, a partir das interações entre suas forças constitutivas.

A proposta deste ensaio é pensar como os encantamentos da atenção coletiva presentes em bibliotecas, nas suas práticas e ferramentas de organização de acervos condicionam, tanto o trabalho bibliotecário, quanto a experiência de quem frequenta essas instituições. Apresentamos o modo de funcionamento de bibliotecas comunitárias como contrafeitiço atencional capaz de promover a re-existência das comunidades e de seus mundos e a heterogeneidade de suas relações, por meio do cultivo de uma política atencional caracterizada por uma abertura radical para a composição de seu funcionamento junto com a comunidade e incluindo os saberes por ela produzidos.

A atenção e a guerra de mundos

John Law inicia seu artigo “O que está errado com um mundo de um único mundo?”⁴ (LAW, 2015) citando a pesquisa de Hellen Verran (1998⁵ *apud* LAW, 2015) sobre as disputas entre aborígenes e colonizadores quanto à propriedade das terras na Austrália. Para justificar o genocídio e a exclusão sistemática dos povos originários dos territórios que ocupavam, os colonos ingleses apresentaram uma doutrina jurídica conhecida como terra nullius, determinando que, uma vez que os aborígenes não estavam fixados na terra, não a cultivavam e não a parcelavam, então essas terras estariam vazias.

O choque entre a perspectiva do colonizador e a dos aborígenes foi – e ainda é – um choque de mundos. Enquanto para os ingleses o mundo existia por conta,

⁴ Tradução nossa para “What’s wrong with a one-world world?”.

⁵ Verran, H. Re-imagining land ownership in Australia. *Postcolonial Studies* 1, no. 2: 237–54, 1998.

estava fora dos humanos e continha todas as coisas, sendo percebido como espaço a ser ocupado, com recursos a serem apropriados e explorados; para a cosmologia aborígene o mundo, incluindo todos os seres, coisas, paisagens e seus ancestrais, era um processo de criação e recriação que dependia da participação de todos. “E se isso não acontecer, então o mundo começa a se esvaziar. Deixa de existir” (*idem*: 126, tradução nossa).

Se considerarmos, por outro lado, que há diferentes realidades sendo produzidas por diferentes práticas, como “efeitos de atuações, performances ou conjuntos de relações contingentes e heterogêneas” (*idem*: 126, tradução nossa), seguiremos a alternativa radical de abolir a separação entre natureza e cultura e pensar o problema dos mundos não mais em termos de crenças ou perspectivas, mas como diferentes ontologias. Essa última noção de “mundo” implica uma compreensão do conhecimento que concebe a realidade não como fato pré-existente à experiência, da qual os seres coletam informações para produzir uma representação, mas como plano co-engendrado na ação dos seres com seu ambiente (INGOLD, 2020). Os mundos co-emergem na experiência dos seres em conjunto com o meio, incluindo outros seres, coisas, paisagens, ações, histórias, instituições, tecnologias, sempre de forma relacional (VARELA, THOMPSON e ROSCH, 2016). De tal modo, a atenção envolvida na experiência vai agenciar o mundo percebido coletivamente – e o que fica de fora dele.

Os privilégios conferidos a algumas existências, saberes e narrativas em detrimento de outras, produzem formas hegemônicas de ser e saber, ou, mundos de um único mundo, como propõe Law (2015). Fechados em si mesmo, esses mundos únicos, pretensamente universais, forçam o apagamento de outras formas de existir e saber que diferem ou que não puderam ser capturadas e assimiladas em suas formas dominantes, sobrepondo à multiplicidade de histórias uma monocultura das histórias únicas e universais, no sentido denunciado por Chiamanda Ngozi Adichie (2009). Ou ainda, parafraseando Isabelle Stengers: a modernidade capitalista reivindica o direito de não prestar atenção aos mundos que encontra em seu caminho em direção a uma noção de progresso homogeneizadora (STENGERS e SAVRANSKY, 2018).

Na medida em que as decisões sobre a composição e organização dos acervos das bibliotecas são, não raro, tomadas por profissionais bibliotecários que atuam de forma isolada de suas comunidades, sem sua participação direta – e em geral confiando em instrumentos técnicos, indicadores e métricas padronizadas provenientes de mundos muito distintos dos que habitam as comunidades e que impõem sobre elas suas categorizações e classificações do que é considerado conhecimento – maior é o risco de que as narrativas produzidas desse modo favoreçam os mundos únicos. No entanto, as forças agenciadas na criação do território nunca produzem uma totalidade universalizante. Essas forças em constante mutação são sempre parcialmente compartilhadas, vividas junto com um outro que não é igual, nem pode ter suas diferenças reduzidas, desconsideradas ou totalmente assimiladas. Coabitar mundos assim exige o cultivo de encontros significativos.

Encantamentos da atenção coletiva

Jonathan Crary nos conta que a modernidade ocidental, desde o século XIX vem reconfigurando os modos de atenção através da exigência crescente de identificação e adaptação dos indivíduos à produção de foco, ou seja, na capacidade de isolar a atenção em um ou poucos estímulos, desprendendo-a de um campo mais amplo de percepção. Os efeitos desse afunilamento da atenção ao foco estão,

segundo Crary, intimamente relacionados à fragmentação das subjetividades na contemporaneidade:

Que nossas vidas sejam tão inteiramente uma colcha de retalhos de tais estados desconexos, não é uma condição “natural” e, sim, o produto de uma densa e poderosa recomposição da subjetividade humana no Ocidente ao longo dos últimos 150 anos. Tampouco é insignificante o fato de que no fim do século XX uma imensa crise social de desintegração da subjetividade seja metaforicamente diagnosticada como um déficit de “atenção”. (CRARY, 2013: 25)

Crory coloca em análise a visualidade para demonstrar como essas forças da especialização e separação formataram os modos de perceber, tornando possível a construção isolada de um certo domínio visual, de modo que muito do que hoje parece ser “visual” é na realidade efeito da composição com outras forças e relações de poder. Assim a visualidade quase se confunde com a própria ideia de atenção, povoando – e limitando – o repertório desta com metáforas visuais, afastando-a de uma noção de corporeidade, muito mais complexa, “na qual um sujeito corporificado é ao mesmo tempo o local de operações de poder e o potencial de resistência a elas” (*idem*: 27). A subjetividade assim produzida engendra indivíduos que se isolam, separam e habitam o tempo destituídos de poder. Contudo, o autor aponta, as formas de uma contra-atenção são constituídas não apenas no campo visual, mas também por outras temporalidades, estados cognitivos, e “formas sensoriais irreduzivelmente heterogêneas” (*idem*: 28).

Pensar os regimes de atenção como encantamento coletivo acentua a percepção do achatamento operado pelos modelos individualistas e cerebrais do tema da atenção. Tomar o ato da leitura como exemplo contribui para tornar isso particularmente evidente. As imagens mais comuns sobre a leitura – amplamente difundidas em peças publicitárias, filmes e livros – a retratam como atividade silenciosa, individual e privada. Nelas os leitores aparecem como seres imersos em um mundo à parte, totalmente focados e desvinculados do que acontece no entorno.

Ao tomarem apenas o foco visual no livro como totalidade da atenção envolvida, essas imagens não levam em conta que, ao abrir um livro e iniciar sua leitura, nunca o fazemos sozinhos. E não é apenas a intenção do escritor ou escritora que embarcam conosco na leitura. Temos por companhia nesse percurso: todas as decisões editoriais, desde a imagem da capa, o texto das orelhas e quarta capa, a diagramação e mesmo as escolhas de design das fontes e seus tamanhos; algum prefácio, apresentação, tradução; a textura, tonalidade e cheiro do papel e da tinta; uma eventual campanha publicitária, adaptação para o cinema, evento ou recomendação, as resenhas que tenham despertado o interesse e a expectativa inicial pelo livro. O ambiente no qual leio, minha postura e estado corporal – estou com fome ou sede? tenho sono? estou confortavelmente posicionado? quais sons escuto ao meu redor? qual a sensação térmica? como é a iluminação? estou seguro? –, tudo isso também se faz presente no meu momento de leitura.

Ainda somos acompanhados na leitura por nosso passado: desde os percursos anteriores ao momento, como um dia de trabalho, conversas recentes, outras leituras e pensamentos anteriores; até nossa história e experiências, processos de alfabetização e letramento, convívio familiar e comunitário, percurso escolar, escolhas e possibilidades profissionais, condições sociais, políticas e articulações educacionais e culturais... Também o futuro vai junto: essa leitura contribui para planos de vida? Lemos descompromissadamente ou como parte de um projeto de estudo? Que preocupações com o dia de amanhã nos acompanham? Como essa leitura afeta a autoimagem e condiciona as possibilidades futuras?

Toda essa trama – que envolve diversos atores, processos multifatoriais e diferentes temporalidades – densamente emaranhada e desencadeada ecologicamente nas relações com outros seres humanos, não humanos, paisagens, objetos técnicos e infraestruturas sociais, políticas e ambientais, condiciona materialmente as formas e vetores da minha atenção e minha localização em relação a tudo isso afeta decisivamente minhas possibilidades de leitura.

Antes de ser uma questão de escolhas individualizadas, a atenção é antes de tudo estruturada (e enfeitada) por encantamentos coletivos, que são inextricavelmente arquetônicos e magnéticos, e que são induzidos por aparatos midiáticos que circulam certas formas (e não outras) entre e dentro de nós. [...] A atenção que presto ao que me cerca e ao que encontro é limitada, pelo menos em primeira instância, a seguir caminhos abertos pelas imagens e discursos que circulam entre e dentro de nós. (CITTON, 2017: 131, tradução nossa)

Nossas escolhas, as modulações que operamos por meio dos pontos, objetos e eventos nos quais pousamos nossa atenção, são constituídas na articulação dessas imagens e discursos “que circulam entre e dentro de nós” e que geram efeitos materiais nas realidades. São os regimes de atenção que “enfeitam” os mundos. Esses encantamentos coletivos estão presentes na constituição dos mundos, definindo o que pode ser percebido e condicionando assim a atenção a seguir por determinados caminhos, que, no caso das periferias urbanas, por exemplo, têm como efeito a estigmatização das pessoas e comunidades, limitando suas condições de vida e suas possibilidades de construção do território.

Bibliotecas enfeitadas

Direcionando o olhar para as bibliotecas, podemos perceber vetores da atenção coletiva presentes nas ferramentas e práticas dos profissionais bibliotecários. Em comum com o Google, bibliotecários trabalham com a gestão da informação, preocupados principalmente com as formas de recuperá-la e acessá-la em um contexto histórico definido por muitos autores como “sociedades da informação”⁶. De fato, foi por inspiração direta no trabalho de bibliotecários, com seus sistemas de recuperação da informação (SRIs) e de avaliação da informação, como as bibliometrias aplicadas às bases de informações acadêmicas, que o Google e outros populares mecanismos de busca e curadoria de informações foram inicialmente estruturados.

As bibliotecas desenvolveram talvez os primeiros, certamente alguns dos mais antigos mecanismos de seleção, aglutinação, organização, acesso e disseminação do conhecimento escrito (CASAL, 2011). Fazem isso por meio de técnicas e ferramentas desenvolvidas para selecionar, analisar, descrever, avaliar, classificar, armazenar, disponibilizar e divulgar as coleções que gerenciam. Todas essas atividades constituem e são constituídas por práticas atencionais diversas e específicas, algumas mais ou menos automatizadas por caminhos – ou vetores – preestabelecidos, outras profundamente dependentes de um processo de imersão atenta a nuances que ligam o livro à comunidade que vai acessá-lo.

As políticas de desenvolvimento de coleções – que orientam os processos de avaliação, seleção, aquisição e descarte de livros – são informadas tanto pelo “perfil” determinado das comunidades que uma biblioteca atende, quanto por ou-

⁶ Termo utilizado para referir às transformações sociais da sociedade pós-industrial que operam a partir das tecnologias da informação. O campo tem como um de seus grandes teóricos – muito lido nos currículos de biblioteconomia – o sociólogo espanhol Manuel Castells.

tros critérios técnicos relacionados aos livros, tais como: escopo, atualidade, autoridade, relevância, qualidade, preço e estado físico. A atenção nesses processos segue por fluxos que também são direcionados por regimes atencionais.

Ao selecionar livros para compor coleções, a atenção dos bibliotecários é bifurcada: o foco se divide entre a necessidade percebida de potenciais frequentadores da biblioteca – geralmente pessoas vinculadas a uma instituição ou pertencentes a um determinado território geográfico – e as ferramentas que têm ao seu dispor para avaliar a relevância social dos livros para a composição das coleções: catálogos de outras bibliotecas, listas de editoras, bases de dados, resenhas e indicações. A percepção das necessidades da comunidade é profundamente dependente do envolvimento da equipe com o cotidiano, as formas de expressão e produção de conhecimento, os interesses e também os conflitos dessa comunidade.

O subcampo da Biblioteconomia denominado Estudos de Comunidades e Usuários apresenta um repertório de técnicas de pesquisa voltado a detectar necessidades informacionais, com o objetivo de direcionar os conhecimentos de organização e tratamento da informação para disponibilizar materiais relevantes em múltiplos suportes a uma determinada comunidade de usuários. Entretanto, salvo quando esses usuários são produtores de informações do mesmo tipo tratado pelas bibliotecas (publicações como artigos, livros, teses e dissertações ou documentos técnicos como laudos e relatórios), os saberes das comunidades são raramente levados em conta quando essas comunidades são “estudadas”. A naturalização da produção de conhecimento nos moldes e linguagem acadêmicas ou técnicas dificilmente é colocada em questão no cotidiano de profissionais bibliotecários.

A denominação “usuário de informação”, embora muito criticada na literatura da área (TANUS, BERTI e ROCHA, 2023), ainda é a convenção geral entre as equipes de bibliotecas ao referirem às pessoas que as frequentam e para as quais os serviços são projetados. É uma definição carregada da impressão de passividade e de um fluxo linear e unilateral, no qual a biblioteca fornece informação para alguém que a procura para um fim. Não comporta a complexa dinâmica de coprodução do conhecimento que ocorre mesmo no mais reservado ato de leitura. Tampouco contempla os membros de uma comunidade que não “fazem uso” da biblioteca, mas que poderiam se tornar frequentadores ou colaboradores. Com as comunidades o foco se amplia, mas ainda são em geral tomadas como grupo de potenciais “usuários”.

Geralmente, a atenção para determinar o “perfil” de uma comunidade dura apenas enquanto os estudos específicos para isso estão sendo aplicados, o que costuma acontecer na etapa inicial de planejamento e implantação da biblioteca e em atualizações periódicas desses estudos. Em geral, a caixa de ferramentas dos estudos de comunidades e usuários inclui o uso de instrumentos de diagnóstico quantitativos, como questionários com perguntas fechadas e semiabertas, e qualitativos, como entrevistas. As técnicas mais utilizadas e o enquadramento desses estudos são em geral emprestados da administração e sociologia clássicas⁷ e utilizados para determinar informações como: hábitos de leitura, preferências literárias, tempo disponível para leitura, atividades preferidas de lazer, escolaridade, renda familiar, ocupação, entre outras variáveis.

Na aplicação desses instrumentos, certas suposições sobre as pessoas respondentes são assumidas com frequência: que elas compartilham noções considera-

⁷ Esse enquadramento não ocorre sem problematização no campo da biblioteconomia, como mapeia o trabalho já citado de Tanus, Berti e Rocha (2023).

das comuns, como escalas, notas, frequências ou a importância de certos parâmetros sociais, entre outras. Por exemplo, ao propor uma questão sobre a importância dada à leitura por lazer na qual o respondente deve utilizar uma escala de importância de 0 a 10, se supõe que quem responde compartilha uma mesma noção aritmética de escala e de implicação no que a resposta sugere. Ou uma questão sobre gênero literário de preferência, cuja possibilidade de resposta consiste na marcação em uma lista predefinida de possibilidades, excluindo – ou condicionando, caso adote uma opção semiaberta do tipo “outros” – a possibilidade de formas não previstas de literatura como resposta. Ou ainda, no caso de uma entrevista, uma pergunta sobre necessidades informacionais que, por mais que esse conceito seja explicado de diferentes formas, supõe que a pessoa entrevistada tenha noção objetiva das informações que não possui e necessita ou que pode vir a necessitar. De tal modo, as possibilidades de expressão e registro de saberes fora dos formatos tradicionais, as complexas relações que se estabelecem entre comunidade e biblioteca e as transformações e deslocamentos dessas relações, interesses e perfis acabam não sendo percebidas ou registradas.

Todas essas questões fazem suposições que podem parecer bastante óbvias para quem elaborou o instrumento. No entanto, uma das principais marcas de um pensamento de mundo único é precisamente que as pressuposições sobre ele correm “abaixo do radar”, são aquelas suposições que parecem óbvias demais para serem explicitadas (LAW, 2015: 133). No caso de um questionário: soaria pedante “explicar” certas atitudes, competências e funcionamentos que se supõe serem de domínio comum, como as noções de escalas, mas essa suposição produz um tipo de “terraplanismo” ao determinar uma homogeneidade de compreensões às respostas obtidas.

Tais problemas podem até ser reduzidos ao se reconhecer os limites dos instrumentos em relação à diversidade do cenário estudado e pela adoção de algumas técnicas, como questões abertas dos questionários ou orientações para a atenção e mediação às respostas em uma entrevista, entretanto, não se estaria considerando o problema dos muitos mundos. A verve estatística – a redução de realidades complexas a amostras populacionais e indicadores – é uma das principais práticas de conhecimento produtoras de mundos únicos. Por mais que se reconheça suas limitações, as técnicas não têm controle nenhum sobre seus efeitos nos imaginários de quem “recebe” realidades através dos dados que tratam e das análises que fazem.

A redução de realidades operada pelas ferramentas dos estudos de usuários está profundamente relacionada à predominância, no trabalho e na formação bibliotecárias, de concepções focadas na gestão e nas atividades técnicas das bibliotecas e que objetificam a comunidade. O enquadramento da Biblioteconomia como uma das Ciências da Informação, embora produza importantes ferramentas para gestão de acervos e disseminação da informação, liga a disciplina a um paradigma representacionista do conhecimento, separando o trabalho dos bibliotecários em seus processos técnicos, tomados como altamente intelectuais, e relegando as relações com suas comunidades a um aspecto gerencial que, embora valorizado, ainda é comumente entendido como meio para alcançar um fim: a qualidade do sistema informacional.

Mesmo quando a atenção está nos “usuários de informação” e até em trabalhos que refletem um “olhar para o social”, com frequência transparece uma posição tutelar em relação aos frequentadores e às comunidades. O funcionamento da biblioteca, não raro, é assumido como provedor de um “acesso à cultura”, que irradiaria dos livros para os leitores, quase sempre entendidos como um grupo ou

subgrupo, mais ou menos homogêneo quanto a seus interesses. Esse “olhar” contribui para o direcionamento da atenção e impacta a seleção de materiais para a composição das coleções.

Até mesmo projetos de bibliotecas que objetivam a inclusão e a diversidade, não raro procuram apenas por identificações e caem assim na armadilha da “representação da diversidade”, o que, nas bibliotecas, pode significar a seleção e divulgação, prioritária ou exclusiva, de materiais específicos no mercado editorial, ou mesmo a aposta numa linha de “gestão da diversidade” que reproduz dispositivos meritocráticos, focada em “modelos de diversidade” que ficam estereotipados em relação aos mundos que vão encontrar, deixando muitas vezes invisíveis as singularidades locais e as interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidade, reduzindo a percepção da multiplicidade de formas de ser e saber à alguns marcadores sociais pré-concebidos⁸ (ALVES e GALEÃO-SILVA, 2004).

*– Eu queria pegar um livro, mas não como aquela outra menina me deu outra vez. Ela disse: “a senhora PRECISA ler este livro! Tenho certeza de que vai gostar!” ... Moça, vou te contar que não entendi nem a primeira frase! E olha que eu tentei! Li umas 10 páginas e desisti. Era aquele livro novinho, sabe? Daquela moça famosa, “Jamilé”, acho que era o nome, uma que é escurinha tbm...
– a Djamila Ribeiro?
– Isso moça, a “Dijamile”! Sabe, acho que ela pensou que eu ia gostar só pq sou preta também... tem algum espírito ou evangélico aí? (Diálogo na biblioteca)⁹*

No diálogo acima os encantamentos da atenção ficam evidentes: a bibliotecária considerou uma indicação pertinente a partir de um enquadramento da frequentadora como uma mulher negra que, portanto, estaria interessada – pior: DEVERIA estar – na abordagem sobre feminismo e relações raciais da autora. A relevância e potencial contribuição do livro indicado não é a questão, mas sim a qualidade da relação entre bibliotecária e frequentadora, ou seja, a atenção que se estabeleceu no encontro entre os mundos de cada. No caso da primeira, a suposição de que a frequentadora se interessaria por um determinado livro apenas pelas faces mais superficiais de sua posição de raça e gênero desconsidera outras características mais sutis, como seu histórico de alfabetização e letramento, a relação que tem com as práticas de leitura e suas preferências pessoais quanto aos temas e estilos literários – tudo isso certamente também condicionado por suas experiências de raça, gênero e classe. Nesse caso, novamente a precariedade do envolvimento (atenção) no encontro implica na (re)produção de mundos únicos.

As políticas e instrumentos que orientam as atividades técnicas de classificação e atribuição de assuntos (indexação) são talvez a parte do ofício biblioteconômico que mais sofre direcionamentos por regimes atencionais hegemônicos. Quando bibliotecários falam em “classificação”, na relação com bibliotecas¹⁰, estão geralmente se referindo à atribuição de um assunto principal ao livro, que é descrito por uma notação que vai definir o seu “endereço” e “vizinhança” na estante. Esse processo está diretamente ligado à experiência de quem frequenta a biblioteca à procura de livros, produzindo um efeito imediato sobre os fluxos da atenção quando se circula pelos corredores entre as estantes.

⁸ Alves e Galeão-Silva (2004) fazem uma importante discussão de como as políticas de “gestão da diversidade”, importadas a partir de práticas de gestão corporativa estadunidense, minam as ações afirmativas ao inserirem elementos meritocráticos nas políticas relacionadas à diversidade, sem considerar as desigualdades estruturantes da realidade brasileira.

⁹ Narrativa ficcionada a partir de encontro presenciado em uma biblioteca comunitária.

¹⁰ Bibliotecárias e bibliotecários trabalham com diversas fontes de informação, plataformas, sistemas e suportes e em alguns cenários de atuação a conceituação e práxis de classificação adquire propriedades e nuances que distinguem a atividade do cotidiano do trabalho em bibliotecas.

Os sistemas de classificação mais utilizados em bibliotecas empregam o método decimal de notação de assunto. Os dois mais conhecidos são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU). Analisaremos os regimes atencionais produzidos pelo uso da CDD, a classificação decimal mais empregada no mundo. Desenvolvida pelo bibliotecário estadunidense Melvil Dewey em 1876, e atualmente em sua 23ª edição¹¹, a CDD foi a primeira grande classificação a utilizar o sistema decimal para organizar os livros de uma biblioteca por assunto nas estantes.

Seu sistema básico consiste na subdivisão do conhecimento humano em 10 classes gerais, numeradas de 0 a 9. O primeiro dígito da notação corresponde à classe principal, que é então subdividida hierarquicamente em seus assuntos mais específicos, a partir do segundo dígito. Assim temos, nas classes principais e nas subdivisões para literatura (classe 8):

- Classes principais:
 - **000** Ciência da Computação, Informação e obras gerais
 - **100** Filosofia e Psicologia
 - **200** Religião
 - **300** Ciências sociais
 - **400** Línguas
 - **500** Ciência
 - **600** Tecnologia
 - **700** Artes e Recreação
 - **800** Literatura
 - **800** Literatura, retórica e crítica
 - **810** Literatura estadunidense em inglês
 - **820** Literatura inglesa em inglês
 - **830** Literatura alemã e afins
 - **840** Literatura francesa e afins
 - **850** Literatura italiana, romena e afins
 - **860** Literatura portuguesa e espanhola
 - **870** Literatura latina
 - **880** Literatura grega clássica e moderna
 - **890** Outras literaturas
 - **890** Literaturas de outras línguas específicas e famílias linguísticas
 - **891** Literaturas indo-europeias orientais e celtas
 - **892** Literaturas afro-asiáticas
 - **893** Literaturas afro-asiáticas não semitas
 - **894** Literaturas das línguas altaica, urálica, hiperbórea e dravídica; literaturas de línguas diversas do sul da Ásia
 - **895** Literaturas do Leste e Sudeste Asiático
 - **896** Literaturas africanas
 - **897** Literaturas de línguas nativas norte-americanas
 - **898** Literaturas de línguas nativas sul-americanas
 - **898.323** Literatura Quechua
 - **898.324** Literatura aimará
 - **898.372** Literatura Shuar
 - **898.3822** Literatura Guarani
 - **898.3832** Literatura Tupí
 - **898.39** Literatura Arawak
 - **898.72** Literatura Mapudungun (Mapuche)
 - **898.9** Literatura Warao

¹¹ Editada pela OCLC. Disponível em acesso restrito (assinatura) em: <https://dewey.org/>.

- **899** Literaturas de línguas não austronésias da Oceania, de línguas austronésias, de línguas diversas
- **900** História e geografia.

Após as subdivisões do assunto, o número pode ser composto utilizando as tabelas auxiliares (T1-T6) que indicam subdivisões padronizadas de forma, área geográfica, autoria, linguagem, grupos étnicos e nacionais, e línguas (idiomas).

No exemplo dado, vemos as subdivisões da literatura (classe 8), outras literaturas (89), até as literaturas de línguas nativas sul-americanas (898), subdivisão na qual se encontra a literatura Guarani (898.3822), sem maiores desenvolvimentos.

Podemos comparar a atenção dispensada à literatura Guarani¹² na CDD observando outra subdivisão das literaturas, 81 Literatura estadunidense em inglês:

- **810** Literatura estadunidense em inglês
 - **811-818:1** Período colonial, 1607-1776
 - **811-818:2** 1776-1829
 - **811-818:3** 1830-1861
 - **811-818:4** 1861-1899
 - **811-818:5** 1900-1999
 - **811-818:6** 2000-
 - **811-818:(3)** Período colonial até 1867 no Canadá
 - **811-818:(4)** 1867-1899 no Canadá
 - **811-818:(5)** 1900-1999 no Canadá
 - **811-818:(6)** 2000 até o presente no Canadá
 - **811** Poesia estadunidense em inglês
 - **812** Drama estadunidense em inglês
 - **813** Ficção estadunidense em inglês
 - **814** Ensaios estadunidenses em inglês
 - **815** Discursos estadunidenses em inglês
 - **816** Letras estadunidenses em inglês
 - **817** Humor estadunidense e sátira em inglês
 - **818** Escritos diversos estadunidenses em inglês
 - **819** Literaturas estadunidenses em inglês que não requerem ênfase local

É possível perceber que a literatura estadunidense ocupa um lugar de destaque na CDD, sendo a primeira subdivisão das literaturas por línguas específicas e também recebendo um olhar aprofundado para seus períodos históricos, gêneros, formas e locais. Outras literaturas que ocupam a mesma região geográfica, como a literatura Navajo (897.26), Cherokee (897.557) e Dakota (897.5243), dividem a subclasse “outras literaturas” (89) com as produções literárias de povos originários (línguas nativas) de todo o planeta, além das literaturas africanas, asiáticas e da Oceania, sem nenhuma especificação quanto à complexidade de suas formas, gêneros e história.

As subdivisões de todas as classes principais da CDD refletem a centralidade da experiência de mundo anglófono estadunidense. Nesse sentido, a Religião (classe 2) é especialmente problemática, apresentando sete subdivisões primárias para a Bíblia (22) e o cristianismo (23 a 28) e uma única para todas as “outras

¹² A complexidade da literatura Guarani pode ser acessada quando atentamos para importância dada por esse povo originário da América do Sul à palavra. A expressão *nhe'ẽ porã* (belas palavras), para os Guarani Mbya, é composta por *Nhe'ẽ* – espírito, sopro, vida, palavra, fala; e *porã* – belo, bom. “Juntos, os dois vocábulos significam “belas palavras”, “boas palavras” – ou seja, palavras sagradas que dão vida à experiência humana nesta terra” (Museu da Língua Portuguesa, [s.d.]).

religiões”, aglutinadas na classe 29, que começa com as religiões clássicas gregas, romanas, germânicas, indianas, o judaísmo e o islamismo e termina com a subdivisão 299, denominada: “Religiões não previstas em outro lugar”. Esse é o espaço destinado a todas as cosmopercepções, crenças, religiões e espiritualidades indígenas, asiáticas e africanas. Mais fundo nas subdivisões encontraremos os sistemas religiosos aborígenes (299.9215), junto às crenças dos antigos sumérios (299.9295).

O resultado dessa composição é uma narrativa de mundo único, uma proposta de organização do conhecimento a partir dos referenciais de um único lugar que se impõe sobre todos os outros como “universal”. Quando esse esquema organiza estantes em bibliotecas no Brasil e outros lugares do sul global cria uma história desvinculada do território, que apresenta o acervo e seus temas reforçando um modo de conhecer hegemônico, descompromissado com as formas locais de saber. Essa história é enatuada sempre que alguém acessa o acervo.

A atenção de quem caminha entre as estantes a procura de um livro é enfeitada pela classificação. Nas prateleiras, conversas vão surgindo a partir das lombadas dos livros com seus títulos e autores. A atenção encantada por uma classificação que use a CDD pode, por exemplo, levar à impressão de que a espiritualidade aborígine estaria relegada a um passado distante, como as antigas religiões sumérias, por colocar juntos na estante os livros sobre esses temas. A exclusão, das classes principais, de sistemas de conhecimento “não previstos em outro lugar”, também induz a função atencional de valoração a avaliar os assuntos que ficam fora dos holofotes como menos importantes ou pouco desenvolvidos. Mesmo quando utilizada em bibliotecas estadunidenses, essa classificação promove o apagamento da existência de mundos presentes naquele território e que estão fora da hegemonia anglófona, como no caso das literaturas Dakota, Cherokee e Navajo.

Bibliotecas comunitárias e seus contrafeitiços da atenção

Não são poucas as adaptações feitas para responder a esses problemas nas classificações. Uma forma é a ocupação crítica da CDD, como a proposta por Tania Schafer-Bostock, aborígine dos povos Mununjali e Bundjalung, bibliotecária e arquivista nos territórios ocupados pela Austrália. Seu projeto Wantima – palavra que na língua Yugarabul significa “erguer-se” – é por ela assim definido:

Wantima é sobre “Levantar-se” depois de ser empurrado e derrubado e se recuperar após cada golpe, para receber outro golpe e continuar recebendo golpes mesmo em uma batalha perdida pelo que você sabe que é certo. Quero mudar o sistema de bibliotecas para incluir questões de bibliotecas indígenas, como adicionar Imigração Indígena à Classificação Decimal de Dewey ou demonstrar minha ideologia do Campo dos Sonhos de “se você construir, eles virão”. Wantima é o alicerce para uma presença online a ser seguida pelas instituições de informação. (SCHAFER-BOSTOCK, 2020: s/p - tradução nossa)

A autora está preocupada com o acesso das comunidades aborígenes à própria história, guardada por instituições culturais – bibliotecas, museus, arquivos e galerias – situados nos centros urbanos colonizados, em geral inacessíveis às comunidades e organizadas de acordo com a visão de mundo e de território dos colonizadores. Como vimos com Helen Verran e John Law, a divisão colonial do território australiano se deu a partir da doutrina *Terra Nullius*, que supunha não haver nada nem ninguém na posse das terras australianas. Tania denuncia que as

formas de organização e as prioridades de difusão e acesso das bibliotecas australianas atuam de forma similar, reproduzindo a *Terra Nullius* sobre a história e modos de vida aborígenes.

Para responder a isso, propõe o que chama de ideologia do Campo de Sonhos, entendida amplamente como um ajuste das temporalidades que organizam o território australiano. Os aborígenes referem-se a si mesmos como Sonhadores (*Dreamers*), e contam o tempo do mundo dividido entre o “tempo do sonho” (*dreamtime*), que vai de 100.000 antes da era comum, até a época da invasão colonial europeia, contada a partir de 1.400 da nossa era. Desse modo, Tania busca retomar a história dos Sonhadores e do tempo do sonho, questionando o modo como a história da imigração e do assentamento dos povos originários australianos é contada e faz isso na forma como classifica e organiza os acervos nas bibliotecas de comunidades aborígenes.

Ela aponta como, na CDD, a classe 99, “História de Outras Áreas”, inclui os povos da Oceania moderna (990, 993-995), Polinésia (996), Ilhas do Atlântico (997), Ilhas do Ártico e Antártica (998), e a absurda subdivisão “Mundos Extra-terrestres” (999), mas não reconhece a história dos povos aborígenes.

Sua proposta é ocupar um número deixado vago na CDD, 992, para desenvolver a classe que chama de “Imigração da Humanidade”, subdividida pelos povos indígenas de todos os continentes, desenvolvendo especificamente as subdivisões de 992.2 “Oceania Indígena”, com toda a complexidade da ocupação territorial do continente por seus povos originários.

O que efetivamente acontece ao aplicar a nova classificação é um deslocamento da atenção que torna visível a organização territorial e temporalidade dos Sonhadores. Como exemplo, Tania menciona a classificação de materiais sobre os povos que habitam o Estreito de Torres (na nova classificação 992.2101), no estado de Queensland, na Austrália. Pelas subdivisões superficiais e descuidadas da CDD, os livros acabavam ficando nas prateleiras sobre a Papua-Nova Guiné, pela proximidade geográfica e cultural.

Ao serem deslocados pela nova classificação, os livros, em seus novos lugares nas estantes, produzem um contrafeitiço atencional tanto sobre a percepção da equipe envolvida nas atividades de classificação, quanto sobre quem se movimenta pelo acervo. Os mundos dos povos que habitam o Estreito de Torres passam a agenciar os debates na estante. Não ficam mais espalhados nas prateleiras que contam a história pelo olhar do colonizador; nem os modos de vida e a espiritualidade dos Sonhadores estão mais associados aos de povos da antiguidade histórica: passam a compor uma paisagem e um campo de práticas que se torna disponível ao leitor atento que percorrer essas estantes.

Além das classificações que adaptam e ocupam, produzindo fissuras nos mundos hegemônicos reproduzidos na CDD, há aquelas que abandonam completamente esse instrumento e desenvolvem suas próprias ferramentas de organização de acervos, junto com suas comunidades. Adotada por diversas bibliotecas comunitárias brasileiras, a Classificação por Cores, desenvolvida por Cida Fernandez ao longo de seus mais de 30 anos de trabalho como bibliotecária e ativista, também produz contrafeitiços que deslocam os encantamentos hegemônicos da atenção:

O sistema de classificação por cores para a literatura de ficção e poesia, ordenado com dicionário e procedimentos controlados e orientados por um manual técnico, é o resultado de mais de 20 anos de estudos sobre organização de acervos literários e formação de leitores, realizados por Cida Fernandez, bibliotecária do CCLF, junto a bibliotecas de organizações comunitárias e escolares. [...] Entendemos que esse é um grande ganho que foi incorporado no cotidiano das BCs. As tarefas que envolvem a organização

e tratamento do acervo são realizadas de maneira colaborativa por mediadores de leitura e gestores, com apoio de bibliotecários. (FERNANDEZ *et al.*, 2018: 45–6)

Buscando um sistema de classificação intuitivo, que possa ser facilmente reconhecido e utilizado na navegação da biblioteca pelos interagentes das BCs – que muitas vezes são crianças e adultos que não sabem ler –, Fernandez desenvolveu um sistema que identifica os gêneros literários, assuntos e outros aspectos dos livros – como o foco ou não em ilustrações, a autoria e a indicação de temáticas afirmativas – fornecendo uma ferramenta que, além de navegada, pode ser cogerida pela própria comunidade, com o acompanhamento de um bibliotecário. Nas bibliotecas comunitárias, as atividades de organização do acervo costumam ocorrer com a participação de pessoas da comunidade, mediadores de leitura, e outras, não somente nos mutirões iniciais de formação de acervo, mas continuamente, à medida que as coleções crescem ou são reavaliadas.

Por ser um sistema de classificação, ele precisa qualificar o título, diferenciá-lo dos demais, mostrar semelhanças e dar orientações para os leitores. Ele foi desenvolvido para superar as dificuldades dos mediadores e do público, possibilitando que tenham maior contato com os livros e que saibam mais sobre eles. (SISTEM, 2017: s/p)

O sistema utiliza fitas de cetim coloridas que são fixadas à lombada do livro com fita adesiva. As cores da primeira identificam o tipo de público para o qual o livro é indicado: adulto, infantil ou juvenil. A segunda informa o gênero literário. Uma marcação em caneta faz a notação de autor, formada pelas iniciais do sobrenome do autor principal e do título do livro.

A simplicidade da Classificação por Cores, em relação aos sistemas decimais de classificação, pode levar uma atenção apressada a supor que se trataria de um sistema menos complexo que esses últimos. Entretanto, é justamente na simplicidade da apresentação dessa classificação que reside sua maior complexidade e potência: possibilitar que as singularidades locais possam se envolver e definir suas próprias formas e prioridades para a organização do acervo. Assim, no lugar de propor um tratamento “universal” e estagnado dos temas que compõem o pluriverso de interesses das comunidades, mantém propositalmente essa composição aberta e mutante. Como nos conta Cida Fernandez:

É um sistema simples, mas que tem uma lógica que precisa ser respeitada, com regras definidas. Qualquer pessoa memoriza com muita facilidade o sentido das cores e sua sequência. Muita gente pensa que os códigos com cores são apenas para criança, mas não! Estamos em comunidades onde as pessoas têm pouco acesso ao livro e à leitura, têm uma formação leitora muito deficitária, então organizando assim, quebramos essa dificuldade que os adultos que não são alfabetizados têm em procurar saber como se organizam os livros, onde procuram o livro, de que jeito podem fazer. (FERNANDEZ, 2022: 75)

A Classificação por cores, de tal modo, é um sistema que funciona integrado às ações de enraizamento comunitário das bibliotecas e se caracteriza por uma abertura à gestão compartilhada do acervo. Sua operação se aproxima muito mais de uma escuta da comunidade sobre os modos de navegar no acervo e de uma co-sintonização desses modos com as forças e singularidades presentes no território. É comum nos mutirões e momentos cotidianos nos quais a atividade de catalogação do acervo é realizada, que conversas sobre a classificação de um ou outro livro levem as pessoas envolvidas a pensar sobre o acervo e a comunidade e experimentar a sensação de pertencimento característica do processo de enraizamento no território, ou mesmo levantar e debater problemas da comunidade iniciando pela discussão sobre a classificação mais adequada de um livro. O contrafeitiço aqui

não apenas torna perceptíveis mundos antes invisibilizados em relações hierárquicas de poder; também favorece o envolvimento e o pertencimento comunitário.

Conclusão

De tal modo, tanto as políticas de desenvolvimento de coleções, quanto de classificação, produzem e reproduzem feitiços atencionais que condicionam a experiência de quem frequenta as bibliotecas, selecionando quais livros, histórias e mundos estarão presentes no acervo e como serão acessados. Outras atividades técnicas bibliotecárias, como o serviço de referência, os planos de divulgação do acervo e as atividades culturais realizadas, adicionam camadas atencionais que podem reforçar ou não essa canalização da atenção na experiência de quem busca um livro para ler ou procura uma biblioteca para estudar.

Os regimes atencionais de mundos únicos canalizados pelas formas de composição e organização dos acervos revelam a carência de cuidado e atenção à heterogeneidade de saberes e experiências das comunidades e acabam por desenvolver políticas, acervos e serviços que dificultam a emergência do território biblioteca-comunidade e contribuem para a monocultura dos saberes, na perspectiva de um mundo único, baseada quase exclusivamente no cânone moderno-colonial: a literatura e artes brancas e europeias ou europeizadas

Embora os regimes atencionais hegemônicos funcionem como encantamentos amplificados pelas mídias e instituições, condicionando as possibilidades das atenções dos sujeitos, não são blocos monolíticos impermeáveis. Quando encontram a organização da vida nos diferentes mundos-territórios, adaptações são produzidas, tensões e resistências emergem na experiência comunitária apontando para a coexistência nada pacífica entre esses regimes e aquelas formas da atenção que re-existem nas comunidades.

É na retomada das histórias e modos de vida locais, pelo envolvimento e cultivo de uma atenção aberta à afetação no/com o território e suas forças constituintes que bibliotecas podem lançar contrafeitiços da atenção que favoreçam a re-existência de suas comunidades.

Recebido em 29 de maio de 2023.

Aceito em 1 de agosto de 2023.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Oxford: TedGlobal, 2009. Gravação de vídeo, (18'33").
- ALVES, Mario Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *Revista de Administração de Empresas*, 44: 20–29, 2004.
- CASAL, Celvio Derbi. *A biblioteca universal: uma história do ideal da acumulação de conhecimento*. Trabalho de Conclusão de Curso, Biblioteconomia, UFRGS, 2011.
- CITTON, Yves. “Attention agency is environmental agency”. In: DOYLE, Wad-dick; RODA, Claudia (orgs.). *Communication in the era of attention scarcity*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- CITTON, Yves. *The ecology of attention*. Cambridge, UK: Polity, 2017.
- CRARY, Jonathan. *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FERNANDEZ, Cida. Bibliotecas comunitárias. *Revista Eletrônica da ABDF*, 6 (1): 61–81, 2022.
- FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. *O Brasil que lê: Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores*. Olinda: CCFL; RNBC, 2018.
- INGOLD, Tim. “From the Transmission of Representations to the Education of Attention”. In: WHITEHOUSE, Harvey (org.). *The debated mind: evolutionary psychology versus ethnography*. New York; Abingdon: Routledge, 2020. pp. 113–154.
- KASTRUP, Virgínia; CALIMAN, Luciana. *A atenção na cognição inventiva: entre o cuidado e o controle*. Porto Alegre: Fi, 2023.
- LAW, John. What’s wrong with a one-world world? *Distinktion: Journal of Social Theory*, 16 (1): 126–139, 2015.
- MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Nhe’ë Porã: Memória e Transformação*.
- SCHAFER-BOSTOCK, Tania. *Wantima*. [S. l.], 2020.
- SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO POR CORES PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO. [s. l.], 2017. Site Institucional.
- STENGERS, Isabelle; SAVRANSKY, Martin. Relearning the art of paying attention: a conversation. *SubStance*, 47 (1): 130-145, 2018.
- TANUS, Gabrielle; BERTI, Ilemar; ROCHA, Janicy. Em cena os usuários e os sujeitos informacionais: um olhar para os estudos de usuários e para as práticas informacionais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 27: 146-166, 2023.
- VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Edição revisada. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2016.